

CORPORIFICAÇÃO DA MENTE: PROTOTIPIA E GRAMATICALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES COM VERBOS DE PERCEPÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Leosmar Aparecido da SILVA (PG/FL/UFG)¹

RESUMO:

Este trabalho tem o objetivo de mostrar dados do Português falado no Estado de Goiás, dialeto do Português do Brasil, em que as noções corporais como a percepção contribuem para a formação do léxico, da gramática e do discurso por meio de mecanismos cognitivos, dentre eles a extensão metafórica. A teoria dos protótipos e a assertiva cognitivista de que a mente é corporificada ajudarão a fundamentar a breve análise dos verbos *ver* e *olhar*. Preliminarmente, pode-se dizer que os verbos de percepção visual assumiram, no decorrer do tempo, a função de marcadores discursivos, atuando, portanto, no nível interpessoal.

Palavras-chave: Categorização. Prototipia. Verbo. Português Brasileiro.

ABSTRACT:

This paper aims to show data of Portuguese used by speakers in Goiás, dialect of Brazilian Portuguese, whose notions such as perception contributes to the formation of lexicon, grammar and discourse through cognitive mechanisms, including, among them, metaphorical extension. The prototype theory and cognitive assertion in which the mind is embodied help support the brief analysis of the verbs “ver” and “olhar”. Preliminarily, we can say that the verbs of visual perception have assumed, over the time, the function of discourse markers, acting, therefore, in interpersonal level.

Keywords: Categorization. Prototyping. Verb. Brazilian Portuguese.

1 Introdução

As línguas existem para cumprir determinadas funções e, como tal, é previsível que os falantes desenvolverão gramáticas que são altamente eficazes na efetivação dessas funções. Segundo Whaley (1997), os falantes de todas as línguas possuem, em sua experiência com a realidade, a necessidade de fazer uso da língua para fazer perguntas, repreender o mau comportamento, divertir amigos, fazer comparações, enunciar fatos e falsidades.

Partindo dessa assertiva funcional e também da consideração cognitivista de que o sistema conceptual humano é fundamentado em suas experiências cotidianas, a proposta deste trabalho é verificar como o corpo, partes do corpo ou a remissão por inferência ao corpo serve de referência para categorizar e construir significados no português brasileiro, especificamente, no português falado no goiano. Procuraremos verificar o *status* categorial dos verbos de percepção *ver* e *olhar* no dialeto falado em Goiás.

2 Categorização e prototipia

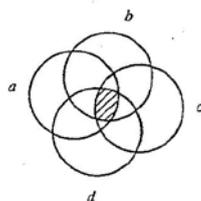
Para Givón (1989), pelo menos três modelos de categorização se destacam: o clássico, o de Wittgenstein e o dos protótipos.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Faculdade de Letras da UFG. leosmarsilva@hotmail.com

O modelo clássico concebe que as categorias são discretas e absolutas, ou seja, para ser membro de uma categoria, é preciso que determinado elemento tenha certas propriedades que são necessárias e suficientes.

Já o modelo de categorização proposto por Wittgenstein concebe que as categorias não são nem discretas nem absolutas, mas relativas e contingentes. Essas propriedades as tornam dependentes do contexto (do uso, da proposta, do ponto de vista, do esquema geral). Segundo Givón (1989, p. 37), de acordo com esse modelo, os membros de uma categoria fazem parte de um *continuum*, são concebidos em termos de graus e relacionam-se entre si por meio de semelhança de família.

Givón (1989, p. 38) reconhece que ambas as abordagens de categorização apresentam importantes aspectos da formação de uma categoria na cognição, na língua e no comportamento. Nesse sentido, se faz necessária uma terceira abordagem, que seria uma solução híbrida para o problema da categorização: a teoria dos protótipos. Para essa abordagem², nos protótipos semânticos, reconhecem-se um espaço categorial não discreto tanto **dentro** como **entre** as categorias, que seriam formadas pela intersecção de várias propriedades. Abaixo, a área sombreada do diagrama representa a porção de espaço categorial, em que os membros individuais mostram o maior número de características.



Fonte: Givón (1989, p.39)

Nos termos de Roach (1978), Croft (2003) e Givón (1989), a categoria prototípica é, então, aquela que tem os membros centrais da categoria, mas com variáveis e com fronteiras difusas. Os membros centrais têm uma mistura de propriedades. Já os membros periféricos não têm algumas das propriedades dos membros centrais. Na categoria “pássaro”, por exemplo, há um membro central, com o pardal, e membros menos centrais como a *avestruz* e o *pinguim*. Dentre as propriedades que definem os pássaros prototípicos estão: eles têm penas, asas, duas pernas e podem voar. O pardal satisfaz todas essas propriedades, mas a avestruz e o pinguim não podem voar, por isso, são membros periféricos da categoria.

O complexo de propriedades, que ocorrem em conjunto, é chamado por Lakoff e Johnson (2002, p. 146) de *gestalt*. As categorias para tipos de objetos são *gestálticas* porque possuem, segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 265), quatro dimensões naturais: 1) *a perceptual*, baseada na concepção do objeto por meio de nosso aparato sensorial; 2) *a motora*, baseada na natureza das interações motoras com os objetos; 3) *a funcional*, baseada em nossa concepção das funções do objeto; 4) *a intencional*, baseada nos usos que podemos fazer de um objeto numa determinada situação. Quando se categoriza um objeto, em geral, certas propriedades são iluminadas enquanto outras são atenuadas ou escondidas. O foco em um conjunto de propriedades desvia nossa atenção de outras.

² Segundo Givón (1989), entre os linguistas, a teoria dos protótipos é estudada por Lakoff (1973, 1977); Lakoff and Johnson (1980); Ross (1972, 1973, 1974); Givón (1982a) e outros. A teoria é forte também entre os psicólogos cognitivistas e entre os antropólogos.

O modelo *gestáltico* se relaciona com as noções de *foregrounding* (plano de frente – figura) e *backgrounding* (plano de fundo). As propriedades que aparecem como plano de frente são consideradas *informação nova* e as propriedades que aparecem como plano de fundo são consideradas *informação dada*. Segundo Hopper e Thompson (1980), na gramática, plano de frente e plano de fundo podem ser associados à transitividade. Para eles, as sentenças transitivas relacionam-se com o *foregrounding* porque a informação tem caráter narrativo, é nova, télica, pontual e volicional. Por outro lado, as sentenças intransitivas estão relacionadas ao *backgrounding*, por apresentarem informação dada, que apenas elabora ou modifica a linha narrativa sem levá-la para frente, por ser estativa, durativa e não volicional.

Para Croft (2003, p. 163), as categorias conceptuais sempre ocorrem em combinação nos enunciados, por isso, é possível examinar a possibilidade de interações gramaticais entre as categorias conceptuais e buscar modelos tipológicos nessas interações. É o caso, por exemplo, da classe dos verbos, em que ocorre a interação de diferentes categorias gramaticais, como tempo, aspecto, modo, número e pessoa. Assim, a combinação de valores de diferentes categorias conceptuais resultará em uma forma tipologicamente menos marcada³ de uma palavra ou construção gramatical (CROFT, 2003, p. 162).

3 **Mente corporificada**

Recentes estudos da linguística cognitiva mostram que, embora algumas de nossas categorias se encaixem no modelo clássico, a maioria delas difere na medida em que elas envolvem estruturas imaginativas de compreensão, tais como esquemas, metáforas, metonímias e imagens mentais. Assim, as categorias seriam formadas na base dos modelos cognitivos estruturados imaginativamente por meio de **um esquema imagético e projeções metafóricas**.

Para Johnson (1987, p. xv), a **verticalidade** seria um exemplo de esquema imagético. Tal esquema emerge de nossa tendência em empregar uma orientação *up-down* na escolha de estruturas significativas de nossa experiência. Em diversas atividades cotidianas, as pessoas experienciam e percebem a noção de verticalidade: observar uma árvore, o nível da água aumentando na banheira; ficar em pé; subir escadas; medir a altura das crianças etc. Assim, o esquema da verticalidade é uma estrutura abstrata dessas experiências, imagens e percepções.

As experiências corpóreas com a noção de verticalidade podem ser metaforizadas. Segundo Johnson (1987, p. xv), a metáfora, concebida como processo cognitivo, projeta modelos de um domínio de experiência para estruturar outro domínio de um tipo diferente. Ela é uma das principais estruturas cognitivas por meio da qual somos capazes de ter experiências coerentes e ordenadas. É por meio dela que podemos raciocinar sobre e dar sentido a.

³ A noção de marcação foi introduzida na linguística pela Escola de Praga. Um entre dois elementos que se opõem é considerado marcado quando exibe uma propriedade ausente no outro membro, considerado não marcado. As formas não marcadas caracterizam-se por apresentar maior frequência de ocorrência nas línguas em geral e em uma língua particular, o contexto de ocorrência é mais amplo, a forma é mais simples ou menor, as crianças as adquirem mais facilmente. As formas marcadas são menos comuns e menos frequentes nas línguas, são formas mais complexas estruturalmente e a aquisição é mais tardia pelas crianças. (CUNHA, 2008, p. 170)

Em relação à categorização linguística, com base na teoria dos protótipos, quanto mais uma construção é metafórica e/ou abstrata, mais ela se afasta das propriedades que definem o protótipo de sua categoria e, já abstrata, começa a desempenhar funções gramaticais e/ou discursivas como fazem os verbos auxiliares, os marcadores discursivos.

A noção de equilíbrio, por exemplo, não é aprendida com um conjunto de regras, mas com os corpos das pessoas, segundo Johnson (1987, p. 74). Um bebê levanta, balança e cai no chão. Depois de várias tentativas, ele aprende a manter uma postura ereta e equilibrada.

Experiências equilibradas mais perigosas, como aprender a andar de bicicleta, produzem adrenalina e geram certa tensão no corpo como: excesso de ácido é lançado no estômago, as mãos ficam frias, a cabeça sente calor, a bexiga fica distendida, os seios ficam inchados, a boca fica seca. Todas essas experiências licenciam nosso aprendizado de equilíbrio e de falta de equilíbrio. Depois de aprendida a noção, ela é estendida metaforicamente para outros domínios, em que sistemas corporais estão de algum modo envolvidos: estados psicológicos (*uma personalidade equilibrada*), julgamentos (*uma opinião equilibrada*), situações financeiras (*um orçamento equilibrado*), composições artísticas (*uma orquestra equilibrada*), relações de poder (*um equilíbrio de poder*), alimentação (*dieta equilibrada*) e vários outros.

Em resumo, a primeira noção de equilíbrio, a experiência cinética, é o protótipo que constitui o *input* para haver a projeção metafórica para domínios de estados psicológicos, julgamentos, situações financeiras etc. Segundo Taylor (2002, p. 522), as similaridades entre a experiência cinética e as outras noções permitem a formação de uma representação esquemática, que unifica as diferentes experiências como exemplos do mesmo conceito. Então, a noção de equilíbrio é estendida metaforicamente para domínios não físicos, em que surgem representações mais esquemáticas, que, por sua vez, permitem que o conceito seja aplicado para uma variedade cada vez maior de outros domínios. Para compreender melhor essa extensão de sentido, verificaremos o comportamento sintático-semântico-pragmático dos verbos de percepção *ver* e *olhar* no português brasileiro.

4 Comportamento sintático-semântico e pragmático dos verbos *ver* e *olhar* no português brasileiro

O movimento como uma categoria cognitiva pode se manifestar abstratamente na sintaxe das línguas por meio da noção de transitividade. O falante, em sua relação com o mundo, interage com as coisas e atua sobre elas. Além disso, ele percebe a atuação natural de um objeto sobre outro. Em outras palavras, na sintaxe, a sentença pode ser vista como “lugar de passagem”, ou seja, em termos de protótipos, a ação passa do agente para o paciente.

Segundo Castilho (2010, p. 128), a predicação é uma operação de transferência de traços semânticos que se movimentam pela sentença e pelo texto. A predicação designa um Estado-de-Coisas (EsCo). Como o verbo tem a propriedade de predicar, ele será nosso objeto mais específico de estudo.

A classe dos verbos, segundo Payne (2008, p. 47), tem propriedades distribucionais e estruturais. As propriedades distribucionais dizem respeito ao funcionamento dos verbos no sintagma, na oração e no texto. Por exemplo, os verbos podem funcionar como núcleo de sintagma verbal, predicado de cláusula e podem

codificar eventos num texto. As propriedades estruturais têm a ver com a estrutura interna do verbo. Em boa parte das línguas os verbos têm concordância com o sujeito, marcação de tempo, aspecto, modo, número e pessoa, considerando que as formas que pertencem a outras categorias não o fazem.

Para Givón (1986, p. 92), um evento prototípico depende, de um lado, da presença de um **agente/causa** visível/saliente, volicional e controlador; e de outro, da presença de um **paciente/efeito** também visível/saliente, não volicional, afetado. Um evento como “Ele comeu o peixe” é visto como mais prototípico do que, por exemplo, “Ele comeu”.

Em muitos casos, porém, algumas orações têm a mesma estrutura sintática do verbo prototípico, sem necessariamente serem prototípicas. Segundo Givón (1984, p. 98), há duas explicações para isso: a) a transitividade é uma questão de grau, dadas as diferentes formas de como o objeto é afetado; b) quando um verbo menos prototípico é codificado sintaticamente como um membro da classe dos protótipos transitivos, em algum sentido, o usuário da língua constrói suas propriedades de maneira similar, analógica, com reminiscência do protótipo. Em outras palavras, quando isso ocorre, temos o fenômeno da extensão metafórica, já estudado na seção 4.

Dentre os vários tipos de verbos apresentados por Givón (1984), tomemos como objeto de estudo aqueles com um sujeito experienciador, que inclui os verbos de **cognição, sensação ou volição**. Esses verbos, (*op. cit.*, p. 100), desviam-se do núcleo prototípico porque os objetos não sofrem tipo algum de impacto ou mudança. Seria o sujeito experienciador que apresenta alguma mudança cognitiva interna. É o que ocorre com verbos como *ver, ouvir, saber, entender, pensar, querer, sentir*. Muito mais do que ações, esses verbos parecem expressar estado.

O verbo *ver* vem do latim *videre*, e significa *ver, perceber pela vista*. No decorrer do tempo, passou a receber outros sentidos, um pouco menos prototípicos que o seu uso mais recorrente. Passou a significar *dispor de, ser testemunha de, avistar, presenciar, assistir*. Segundo Votre; Cezario; Martelotta (2004, p. 41), “por transferência metafórica, *ver* deixou de ser apenas um veículo de percepção corporal e passou a co-ocorrer com o processo de percepção mental.” Desse modo, passou a significar também: *notar, perceber com a mente, ter visão, compreender, ver com os olhos do espírito, julgar, determinar*.

Vejam os comportamentos sintático-semântico-discursivo do verbo *ver* nos dados do Português contemporâneo falado em Goiás, dialeto do Português brasileiro⁴:

(1) *eu lembro qu/era um vendaval que tava dano e eu pulei numa cerca de arame que tinha alta que depois eu fui ver... falei assim... meu Deus num era eu que pulei porque com uma barriga enorme de grande pulei com vizim do/tro lado e lá eu bati na porta do vizim pra vê se eis uvia pra abri pra mim entrá... (3, G2, F, D)*

A primeira ocorrência do verbo *ver*, em (1), abre duas casas argumentais a serem preenchidas: quem vê e o que se vê. Necessariamente, para que o processo se efetive, o argumento externo - ou sujeito - precisa

⁴ Esses dados fazem parte do Projeto “O português contemporâneo falado em Goiás – Fala Goiana”, desenvolvido por um grupo de pesquisadores coordenados pela professora Vânia Cristina Casseb-Galvão, da UFG.

ter a propriedade da visão e o argumento interno – o objeto - a propriedade de ser uma realidade física. A parte do corpo usada no processo está pressuposta, já que *ver* necessariamente implica *olhos, visão*.

O preenchimento das casas argumentais precisa ser feito por meio de elementos linguísticos semanticamente compatíveis com núcleo verbal para que haja processamento da informação para o interlocutor. Sintaticamente, o verbo *ver*, na primeira ocorrência, associa-se à esquerda com outra forma verbal – *fui* - e à direita com zero (\emptyset). A ocorrência poderia ser reinterpretada como *eu fui ver a cerca de arame*, em que se teria [[Pro]+ir+ver+[SN]], de modo que o SN - a cerca de arame - está deslocada na sentença e, por isso, pode ser inferida como o objeto direto do verbo *ver*, nesse caso.

Acontece que, na medida em que o mesmo verbo é usado em outras situações, outros sentidos – mais abstratos – lhe vão sendo incorporados, tal como pontuaram Votre; Cezario; Martelotta (2004). Esses novos sentidos podem ser construídos a partir de dois tipos de contexto: **o comunicativo**, em que há a necessidade de se fazer uma nova categorização, aproveitando-se de uma forma já existente na língua para atender as demandas interativas; **o morfossintático**, em que a forma verbal é associada a outros elementos da língua. É o caso, por exemplo, da segunda ocorrência de *ver* em (1), em que o falante usa o verbo *ver* com o sentido de *saber, verificar* se os vizinhos o ouviam. Esse sentido é construído com o verbo se relacionando à esquerda com uma preposição, que encabeça uma cláusula de finalidade e à direita com uma sentença encabeçada pelo *se* que indica, de forma direta, uma possibilidade (a de os vizinhos ouvirem ou não o enunciador), e, de forma indireta, uma condição (se os vizinhos ouvissem o enunciador, abririam a porta para ele). A análise desses dois contextos contribui para percebermos em que condições uma mesma forma verbal amplia seu estatuto semântico e, em consequência, afasta de seu núcleo prototípico e é categorizado em outros domínios cognitivos.

Um outro uso do verbo *ver* pode ser verificado em (2), em que o falante está numa lanchonete e diz:

(2) *Me vê um suco de laranja. (CNS⁵)*

Em vista da necessidade comunicativa de se construir um ato de fala que se traduz num pedido (e não numa asserção), os elementos linguísticos do dado acima se mobilizam para essa nova tarefa em que se percebe as seguintes relações sintático-semântico-discursivas: 1) sob a forma do modo indicativo na terceira pessoa, o verbo *ver* é usado como estratégia de polidez linguística e carrega implicitamente uma função imperativa, em que se evoca para o discurso uma segunda pessoa; 2) o agente não é expresso, mesmo porque, se fosse, não seria prototípico no sentido de “aquele que provoca uma modificação”; 3) o objeto direto continua sendo uma realidade sensível; 4) o objeto indireto “me” se encliticiza e se associa ao verbo para desempenhar uma função discursiva, mais interpessoal e menos representacional.

Assim como o verbo *ver*, o verbo *olhar* está incluído na lista dos verbos de percepção. Ele predica uma relação entre um experienciador e um objeto não afetado. Vejamos os dados presentes em (3) e (4):

⁵ *Corpus Não Sistematizado.*

(3) O menino **olhou** o passarinho. (CNS)

(4) Doc.: - *cê já tava com quantos anos...?*

Inf.: - *sete...*

Doc.: - *sete anos...?*

Inf.: - *sete ano... nosso ((servi))... menino de sete ano... o quê que ele fazia...!? era água uma horta... **era oiá galinha**, lavá... pô água ni chiquêro... era rancá “minduim”... panhá mamona... (6, G3, M, 0)*

Em (3), o verbo *olhar* apresenta-se em seu sentido pleno, já que significa *mirar uma realidade física específica*. Em (4), a mesma forma verbal espraia seu sentido e pode ser entendido como *tomar conta de, responsabilizar-se*. A base corpóreo-sensorial – a visão – semântica e cognitivamente é estendida para a noção de responsabilidade. A explicação para esse extensão de sentido pode ser muito simples. Muito provavelmente a mente trabalha com a sobreposição – *overlapping* – de experiências cognitivamente muito próximas. Daí, há reversibilidade cumulativa na relação existente entre *olhar* e *vigiar*: quem *olha* pode acumular a tarefa de *vigiar* e quem *vigia* necessariamente *olha*. Assim, embora o sentido de “fitar os olhos em” seja distinto de “responsabilizar-se”, uma tarefa está contida na outra, o que explicaria o espraio semântico da forma verbal em análise. Essa consideração nos licencia afirmar que o falante goiano conceptualiza, classifica, categoriza a noção de olhar também como responsabilidade.

Um aspecto sintático interessante em relação ao verbo *olhar* é a variabilidade sintagmática que ele estabelece com os elementos linguísticos que estão à sua direita: se se tem uma construção do tipo [SN olhar SPrep], o verbo se relaciona com diferentes tipos de preposições, muitas delas espaciais, como *olhar para cima, olhar de cima, olhar por cima, olhar aqui, olhar ali, olhar lá*. Langacker (2002, p. 139) afirma que o ser humano é uma criatura cujo sentido primário – a visão – é especialmente adequado para a detecção e representação de relações espaciais. Em (5) e (6), o verbo *olhar* se associa com um dêitico espacial e, juntos, ganham, respectivamente, o sentido de *dúvida* e de *advertência*.

(5) *Esse sapato vale uns setenta reais e **olhe lá***. (CNS)

(6) ***Olha lá** o que você vai fazer nessa viagem*. (CNS).

Nesses usos, tanto o verbo quanto o advérbio esvaziaram-se de seu sentido pleno e a construção produz sentidos aparentemente muito afastados da acepção plena de *olhar* e de *lá*. Segundo Givón (1989, p. 107), o uso da entonação na linguagem humana é uma extensão natural do inventário gestual usado na comunicação. Seria um caso de evolução. Em vista disso, a advertência em *olha lá* do dado (6) conta com fatores extralinguísticos de base corporal, gestual para produzir o sentido de *advertência*.

Na fala goiana, é comum a expressão “olhar torto”, com o sentido de que o sujeito experienciador *está com uma raiva não verbalizada* ou que *tem restrições em relação ao seu alvo*. Vejamos (7) a seguir:

(7) *quando eu saí de perto do rapaiz... o oto tava do lado dele eu passei **o oto passô assim oiãno torto** né... ai sumiu... quando ele sumiu eu sai de perto... logo qu/eu sai de perto ele chegou já com uma faca assim... num foi por trás não... é já rumô a faca na barriga do oto... pur baxo do cinto... achu qui furô a bexiga::: (1, G1, M, B)*

Em (7), observam-se dois eventos simultâneos: *passar* e *olhar* (*o oto passo assim oiano torto*). Esses dois eventos vêm acompanhados de modificador adverbial (*torto*), originado de adjetivo. Nesse uso, uma experiência física corporificada – *olhar torto* – é transferida para uma experiência psicológica em que o sentimento é marcado pelo modo como se olha. Daí a reafirmação da consideração de que o ato de fala prescinde das representações corporais.

Em outros usos, o verbo *olhar* funciona no nível discursivo e como um marcador discursivo (MD): *Olha! Eu não fiz o trabalho que você pediu*. Rost-Snicelotto (2008) pesquisou os marcadores discursivos nas línguas românicas e percebeu que os verbos de percepção visual em enunciados de comando tendem a derivar MDs em diversas línguas. Assim, tem-se: em espanhol: *mira, vês?*; em francês: *regarde, vois-tu*; em italiano: *guarda*; em português: *olha, vê*. Segundo a autora, essa mudança de verbos para MDs ocorre porque “os verbos são uma categoria bastante heterogênea. A conjugação verbal, em comparação à classe dos nomes, permite mais opções morfológicas como ponto de partida para o desenvolvimento de MDs.” (ROST-SNICHELOTTO, 2008, p. 110). Uma observação importante é que, em todas as línguas românicas pesquisadas, os verbos ocorrem no imperativo, mas não partilham os mesmos contextos semântico-pragmáticos. Além disso, esses MDs ora desempenham funções mais interativas, ora mais textuais.

Todos esses dados mostram a capacidade cognitiva do falante, ou de uma comunidade linguística, de criar formas alternativas de representação da realidade, específica em relação aos seus padrões culturais. Diante disso, alinhamo-nos à assertiva cognitivista de que não são as línguas que têm a faculdade mágica de “criar frases”, mas os falantes que atuam cognitivamente no contexto de uma situação cultural e socialmente bem marcada para “produzir sentidos”, tal como afirma Marcuschi (2003), em crítica ao gerativismo.

4 Considerações finais

Os dados revelaram-nos que tanto o verbo *ver* quanto o verbo *olhar* apresentam usos mais próximos do protótipo dos verbos de cognição – um sujeito experienciador que realiza a ação de enxergar, observar uma realidade física – e usos que, por serem mais abstratos, assumem funções na gramática – introdutor catafórico de uma sequência – e funções discursivas – focalizador de uma sequência narrativa.

Pode-se dizer que esses usos fazem parte de um *continuum* que parte de usos mais concretos, lexicais para usos mais abstratos, de caráter discursivo. Nessa trajetória, o elemento que fazia parte da classe dos verbos desagrega dessa categoria e passa a desempenhar funções textuais, na interação. Há, portanto, afastamento do núcleo prototípico, contudo, a noção de corporeidade está implicada em ambos os usos. *Ver* e *olhar* são ações perceptivas realizadas por uma parte do corpo. Quando se *olha* ou *vê*, outras ações adjacentes são realizadas como *observar*, *responsabilizar-se*, *vigiar*. Esse acúmulo de ações realizadas em conjunto no dia-a-dia pode ter contribuído para o processo de mudança semântica e sintática dos verbos analisados.

Enfim, esse estudo descritivo pode contribuir e muito para o ensino produtivo de língua portuguesa, já que analisa as categorias da língua numa perspectiva dinâmica, fluida. Contribui também para que o professor percebe que aquilo que parece uma categoria pode, na verdade, migrar para outra. É o que acontece

com os verbos *ver* e *olhar* que ora funcionam como verbos plenos, ora como verbos não plenos, abstratizados por meio da metaforização, ora como marcadores discursivos.

Referências

- CASTILHO, A. T. de. *Gramática do Português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CROFT, William. Prototypes and the interaction of typological patterns. In: CROFT, W. *Typology and Universals*. 2 ed. Cambridge University Press, 2003. p. 158-193.
- _____. Typological classification. In: CROFT, W. *Typology and Universals*. 2 ed. Cambridge University Press, 2003. p. 30-48.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. et al. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.
- GIVÓN, T. *Mind, code and context: essays in pragmatics*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1989.
- _____. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, Colette (org.). *Typological studies in language*. Vol. 7. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986.
- _____. *Syntax: functional-typological introduction*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in Grammar and Dicourse. *Language*, v. 56, n. 2, jun. 1980. P. 252-299.
- JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily bases of meaning, imagination, and reason*. The university of Chicago Press, London, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. [coordenação da tradução Mara Sophia Zanotto]. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.
- LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. W. A study in unified diversity: English and Mistec locatives. In: ENFIELD, N. J. *Etnosyntax*. New York: Oxford University Press, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Perplexidades e perspectivas da linguística na virada do milênio. In: *Língua, linguística e literatura*. Vol. 3, n° 1. João Pessoa, 2003.
- PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguists*. 10 print. Cambridge University Press, 2008.
- ROACH, E.; LLOYD, B. B. *Cognition and categorization*. Hillsdale, New Jersey, 1978.
- ROST-SNICHELOTTO, C. A. Os marcadores discursivos nas línguas româncias: (macro)funções textuais e interacionais. *Interdisciplinar*. V. 6, n. 5. Jul/Dez, 2008. p. 109-130.
- TAYLOR, H. R. *Cognitive grammar*. New Yord: Oxford University Press, 2002.
- TOMASELLO, M. *The cultural origins of Human Cognition*. Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1999.
- WHALEY, L. J. Constituent order universals. In: *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. London: SAGE Publications, 1997. p. 79-95
- _____. Determining basic constituent order. In: *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. London: SAGE Publications, 1997. p. 96-107.
- _____. Issues of method and explanation. In: *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. London: SAGE Publications, 1997. p. 30-53.

VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.